



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE ENSINO TÉCNICO**

**26 de julho de 2021**

No dia vinte e seis de julho de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se a Câmara de Ensino Técnico, via webconferência, sob a Presidência da Diretora de Ensino Técnico, a senhora Sanandrea Torezani Perinni, com a presença dos seguintes membros: Anderson Mariquito, Rogério Danieletto Teixeira, Patrícia Vieira Noé, Fernanda Zanetti Becalli, Denilton Macario de Paula, Pedro Paulo Pocolo Filho, Vitor Faiçal Campana, Eliane Oliveira Lorete, Elizabete Gerlânia Caron Sandrini, Anderson William Dominghetti, Marcelo Mendonça Vieira, Wilson Augusto Costa Cabral, Luciano Lessa Lorenzoni, Thierry Bryan, Adelson de Azevedo Moreira, Carlos Eduardo de Araújo Barbosa, Dante Barbosa Matielo, Felipe Araújo Paes Barbosa, Maria Carolina Porcino, Alfonso Indelicato, Carlos Roberto Coutinho, Renata Trevelin da Silva Stange, Gabriel Pinto Guimarães, Poliane dos Passos Almeida, Nilson Alves da Silva, Marcos Antonio de Jesus, Sheila Faula Muniz, Pedro Sérgio da Silveira, Morgana Simoes Portugal Meriguete, Lidiane Leite Vasconcelos, Thais Gualandi, Samuel Torezani Montovani, Maria Angélica Alves da Silva Souza, Mauricio Soares do Vale, Ricardo Tavares Bessa, Eloana Costa de Moraes e Messenas Miranda Rocha. Convidados: Lauro Chagas e Sá, Adriana Silva Fleischmann Gava, Antonio Ricardo Grippa Satiro, Carla Ribeiro Macedo, Leila Brígida Ponath Lucindo, Cybele Barbosa Brahim, Jonahtan Toczec Souza, Karilyn Ian Blyth Garcia Abreu, Maria Aparecida Silva de Souza, Edson Maciel Peixoto, Mariana Biancucci Apolinário Barbosa e Luciano Rodrigues Valin. A Diretora de Ensino Técnico, Sanandrea Torezani Perinni, abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e em seguida fez a leitura da pauta, com os seguintes pontos: **1. Informes; 2. Apreciação da solicitação de abertura do Curso Técnico em Administração subsequente ao Ensino Médio - EaD em rede do Campus Guarapari – processo nº 23183.000851/2021-61; 3. Apreciação da solicitação de abertura do Curso Técnico Concomitante Intercomplementar em Mineração do Campus Cachoeiro de Itapemirim – processo nº 23151.001566/2021-10; 4. Apreciação da solicitação de**

**abertura do Curso Técnico Concomitante Intercomplementar em Mecânica do Campus Cachoeiro de Itapemirim – processo nº 23151.001565/2021-37; 5. Apreciação da solicitação de extinção do Curso Técnico Concomitante em Agricultura do Campus Barra de São Francisco – processo nº 23543.000551/2021-55.** Sanandrea informou que a Pró-Reitora de Ensino, Sra. Adriana P. Barcellos, não estaria presente na reunião porque estava em período de férias. Em seguida, Sanandrea abriu o **item 1**, Informes, e a palavra foi passada para Mariana Biancucci Apolinário Barbosa para uma contextualização sobre o projeto de cursos em rede. Mariana fez um breve relato destacando que o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração subsequente ao Ensino Médio (PPC) havia ingressado no projeto de cursos em rede do Ifes. O projeto de cursos em rede havia começado a ser desenhado no final do ano de 2020 no âmbito da Reitoria com o objetivo de implementar novas ações em rede, uma área que precisava ser abordada, compartilhando esforços e resultados. Outro objetivo era fomentar a institucionalização, pois grande parte da educação a distância da instituição nos últimos anos vinha sendo fomentada por programas federais, mas havia a intenção de tornar essa modalidade cada vez mais institucionalizada, além de ampliar a oferta de cursos e aumentar o número de matrículas, pois com a pandemia o número de matrículas tinha sofrido uma queda. Verificou-se que o projeto de cursos em rede poderia contribuir nesse movimento de retomada de ofertas e o objetivo fim era sempre atender as demandas da sociedade. Mariana informou que o projeto contava com uma equipe central de articulação, de mediação, e deixou um e-mail no chat caso alguém quisesse mais informação ou algo mais detalhado poderia marcar uma reunião. Mariana explicou que para os cursos fomentados cada um deles possuía uma equipe, uma vez que recebia fomento para o pagamento da equipe. Atualmente, como era o Ifes que estava propondo a ação, houve a instituição de numa equipe central para dar apoio a essa rede. Mariana explicou que havia os entes envolvidos, Campus ofertante, Reitoria, Cefor e os polos. Cada uma das 3 (três) macro instâncias tinha as suas funções e esforços empreendidos. Ação em rede consistia em pegar um esforço e dividir para dar conta do processo, mas um processo em que todos saíam ganhando e o maior beneficiado seria a sociedade que teria a oferta dos cursos. Em termos de recurso de matriz, haveria outro desenho de rateio porque entraria uma parcela para o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) como apoiante na formação e na manutenção do Moodle. A novidade desse desenho em rede era que os polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) também poderiam ser polos e eles haviam aderido fortemente em função da diminuição dos recursos de fomento. Os municípios tinham estruturas excelentes montadas, além dos campi do Ifes. Para o **item 2**, apreciação da solicitação de abertura do Curso Técnico em Administração

subsequente ao Ensino Médio - EaD em rede do Campus Guarapari, Sanandrea informou que o campus havia encaminhado e estava disponível na sala da Câmara no Moodle a versão atualizada do PPC após conversa com os pareceristas. Sanandrea perguntou se os membros da Câmara tinham algum questionamento quanto aos pareceres técnico e pedagógico, pois o parecerista técnico estava em usufruto de férias e não poderia participar da reunião e a parecerista pedagógica estava em outra reunião sobre dependência que aconteceria no mesmo horário da reunião da Câmara. Em seguida, Sanandrea fez a apresentação dos pareceres e informou que os 3 (três) aprovavam com restrições. A palavra foi passada para Jonahtan Toczek Souza, presidente da comissão responsável pela elaboração do PPC. Jonahtan agradeceu aos pareceristas destacando que havia sido uma oportunidade interessante a conversa com eles porque realmente tinha vários pontos que não estavam bons e após a análise e comentários dos pareceristas a comissão havia se reunido e feito as alterações citadas nos pareceres. A comissão justificou o que não havia sido acatado. Jonahtan informou que o curso era dividido em 3 (três) semestres com 2 (dois) módulos em cada semestre. O primeiro semestre teria 5 (cinco) disciplinas mais o seminário integrador e os demais teriam 6 (seis) disciplinas mais o seminário integrador. Então, o seminário integrador era uma disciplina diferenciada que envolveria a integração de todas as disciplinas do semestre. Sanandrea mencionou que era importante destacar que os 3 (três) PPCs em pauta estavam sendo construídos no momento de transição na legislação. O curso técnico em administração com 800 horas estava previsto no catálogo. As 220 horas que estavam a mais traziam um impacto para a organização do campus na questão de organização de professor, bem como na questão que iria para Plataforma Nilo Peçanha (PNP) dos dados orçamentários do cálculo da relação Aluno x Professor (RAP). O catálogo era do final de 2019 e a resolução que mudava um pouco essas questões era de Janeiro de 2021. Então era um momento de transição o os PPCs refletiam esse momento da transição, pois não havia dado para adequar todas as questões com a nova legislação justamente porque algumas diretrizes ainda estavam sendo construídas. Os Projetos Pedagógicos de Curso Referência (PPCRs) ainda não haviam sido revisitados e isso começaria a ser feito a partir de agosto do corrente ano reunindo as comissões responsáveis pela elaboração dos PPCs para fazer a revisão de acordo com o novo catálogo e a nova legislação. Sanandrea ressaltou que os PPCs em pauta além de estarem nessa fase de transição eram projetos pilotos. Findos os esclarecimentos, a abertura do Curso Técnico em Administração subsequente ao Ensino Médio - EaD em rede do Campus Guarapari foi aprovada com 82% (oitenta e dois por cento) dos votos favoráveis e 18% (dezoito por cento) de abstenções. Para os **itens 3**, apreciação da solicitação de abertura do Curso Técnico Concomitante Intercomplementar em Mineração do Campus Cachoeiro

de Itapemirim, e 4, apreciação da solicitação de abertura do Curso Técnico Concomitante Intercomplementar em Mecânica do Campus Cachoeiro de Itapemirim, Sanandrea fez uma breve contextualização informando que eram projetos pilotos de uma forma diferente já existente na legislação há algum tempo, mas que havia se intensificado um pouco mais a partir dessa nova discussão, que era o concomitante intercomplementar. Sanandrea parabenizou o campus pela iniciativa junto à Secretaria de Educação (Sedu) para estabelecer esse diálogo com as escolas. Era um formato diferente porque propunha um PPC único. Sabia-se o quanto era difícil traçar o integrado dentro do próprio campus e agora essa proposta do concomitante intercomplementar que visava construir um PPC único era inovadora por isso que estava sendo chamado também de projeto piloto apesar de o campus já ofertar os cursos de mineração e de mecânica, mas não nesse formato de intercomplementares. O Estado ainda não havia adotado todas as alterações da legislação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nessas turmas que cursariam esses cursos intercomplementares. A Pró-Reitoria de Ensino (Proen) estava ciente disso e o campus também estava ciente. A equipe havia se proposto a acompanhar esse projeto piloto e todos estavam cientes das adequações e dos olhares que teriam que ser feitos. Em seguida, a palavra foi passada para Edson Maciel Peixoto, Diretor-Geral do campus, que fez um breve relato destacando a educação profissional e tecnológica e qual o caminho que a instituição estava seguindo. Edson agradeceu a equipe envolvida e explicou a motivação para expandir a oferta a partir de uma forma de acesso concomitante intercomplementar. A ideia havia começado no final de 2019 quando o campus percebeu que um número de alunos muito grande ficava fora do processo seletivo. Edson informou que havia uma procura acima de 10 (dez) candidatos por vaga nos cursos de Eletromecânica e de Informática. A região possuía 12 (doze) municípios no entorno e estava entre os 3 (três) maiores entre os 5 (cinco) maiores polos de mineração do Estado do Espírito Santo. Cachoeiro era o maior polo na área de rochas ornamentais e esse ramo se expandia também para a indústria e para a manutenção mecânica no desenvolvimento dos seus processos. Então, tudo isso fazia com que os cursos técnicos fossem muito procurados, tanto o concomitante que era para um público específico que o campus atendia no turno noturno como o integrado. Havia uma demanda reprimida para o integrado, mas o campus tinha muita dificuldade nesse contexto porque não possuía quadro de pessoal e de professores em número suficiente. Então foram buscar alternativas em relação a essa oferta e identificaram a possibilidade do concomitante intercomplementar. Houve um convênio entre o Ifes Campus Cachoeiro e a Sedu por meio da Escola Estadual de Ensino Médio Lions Sebastião Paiva Vidaurre que era próxima ao campus. O número de alunos seria reduzido para que fosse um projeto realmente piloto que fosse possível

experienciar essas atividades, tanto na mineração quanto na mecânica com duração de 30 (trinta) meses, sendo 24 (vinte e quatro) meses de curso efetivo e mais 6 (seis) meses já deixando uma possibilidade de algum aluno ficar retido em alguma disciplina da área técnica, com uma organização curricular experimental a partir de 2 (duas) instituições. Edson relatou como haviam sido as articulações para o estabelecimento da parceria e elaboração do projeto. O aluno estaria no primeiro ano da Escola Lions e no segundo semestre ele continuaria lá e faria concomitantemente o primeiro módulo do curso técnico no Ifes. Os alunos seriam selecionados a partir de um processo seletivo interno com todos os alunos do primeiro ano daquela instituição. Eles tinham 4 (quatro) turmas de primeiro ano dentre as quais seriam selecionados os alunos que se interessassem por esse projeto e seria montada uma turma especificamente com esses alunos. Sanandrea agradeceu a Edson pela contextualização ressaltando a sua importância e discorreu acerca dos questionamentos trazidos nos pareceres. Na área pedagógica havia uma indicação de reprovação e uma indicação de aprovado com restrições, mas justamente porque não tinha ocorrido essa conversa antes e também por causa do contexto que estava sendo vivenciado que não permitiria nesse primeiro momento desse projeto piloto haver uma escrita intercomplementar. Existia também a questão da rede estadual com essa turma num momento de transição. Não se sabia como o Estado viveria isso com essa turma, como eles organizariam isso, mas a Proen estaria acompanhando. Em seguida, a palavra foi passada para Adriana Silva Fleischmann Gava para apresentação do parecer pedagógico. Adriana mencionou que seu parecer havia sido contrário à aprovação justamente por não ser possível naquele momento viver a escrita da intercomplementariedade. O que fora apresentado era um projeto de curso concomitante que se pretendia a partir da sua execução construir a intercomplementariedade. Sanandrea informou que o campus havia acatado algumas das sugestões dadas para poder implementar esse projeto piloto. Houve muita conversa com o campus entendendo também o olhar da parecerista, assim como os outros pareceristas também haviam sinalizado essa necessidade de ajuste de modo a não ter essa separação das matrizes. Quando finalizasse a apreciação e houvesse a decisão da Câmara, os PPCs retornariam para a análise dos pareceristas. A equipe havia colocado também que a Proen tinha acompanhado bem de perto os 2 (dois) projetos pilotos. O campus enviaria em breve o relatório com o que fora e o que não fora acatado para que os PPCs fossem encaminhados ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão (Cepe). Fernanda (Campus Vila Velha) parabenizou o campus e todos os profissionais envolvidos na nova experiência que muito contribuiria com os demais campi do Ifes. Fernanda perguntou se os estudantes da escola estadual fariam os componentes curriculares que exigessem laboratórios nos laboratórios do campus. Os

professores da escola estadual trabalhariam nos laboratórios ou seriam professores do Ifes. Se eles viessem para dentro do campus, os insumos seriam viabilizados com recurso orçamentário do campus ou da Sedu. Lauro (Campus Vila Velha) mencionou que a proposta do curso era realmente interessante e parabenizou o campus pelo projeto apresentado. Lauro solicitou que Edson comentasse um pouco sobre a gestão de permanência e êxito desses alunos, pois muitas vezes a formação geral tinha seu currículo pensado considerando as demandas da formação profissional. Então, como seria nesse caso, como o curso havia se organizado para contemplar conteúdos da formação geral para atender a disciplinas específicas. Lauro acrescentou que considerava importante haver uma transição entre essas dimensões para assegurar o êxito e a permanência dos estudantes do curso. Sanandrea informou que o Ifes estava construindo as diretrizes que iriam dizer sobre a identidade dos cursos técnicos integrados. A instituição já havia vivido um bom tempo a oferta dos cursos técnicos integrados e ainda tinha muitas dúvidas e muitas questões para aprender. Havia total ciência de que o concomitante era sempre com outra rede e nessa possibilidade de diálogo com a outra rede era que haveria o cuidado de acompanhar. Edson informou que o uso dos laboratórios estava combinada no termo de acordo realizado. Seriam utilizados na parte técnica os do campus porque eram alunos do campus. O aluno faria a matrícula no campus e teria 2 (duas) matrículas, uma no estado e outra no campus. Ele seria um aluno comum do campus. Na parte de formação geral, tanto no projeto quanto no protocolo de intenções que agora já havia virou o convênio, estavam previstos que os laboratórios de formação geral da área, química, física e biologia, também poderiam ser dadas aulas práticas nos laboratórios do campus, inclusive de ensino de matemática. Então para os laboratórios e insumos, considerando que seriam alunos do campus, haveria transferência de recurso nesse caso do laboratório. Eloana (Campus Linhares) perguntou Como ficaria a questão da assistência estudantil. Edson informou que entraria como aluno do Ifes da mesma forma que os demais, pois ele seria aluno do campus e entraria dentro do próprio Edital. Edson explicou que o campus tinha a preocupação em relação à permanência e êxito e que esse era um ponto muito interessante em relação ao projeto porque era no diálogo do planejamento que isso havia sido acordado com a Sedu. Estava contemplado no projeto e também no termo de cooperação que as disciplinas de formação geral estariam vinculadas, inclusive em termos de conteúdo sequência de conteúdos, às necessidades do Ifes dentro da educação profissional dos cursos técnicos, bem como trabalhos com exercícios, com atividades correlacionadas. Finda a contextualização e os esclarecimentos, os Cursos Técnicos Concomitantes Intercomplementares em Mineração e em Mecânica do Campus Cachoeiro foram aprovados com 67% (sessenta e sete por cento) dos votos favoráveis, 3% (três por

cento) dos votos contrários e 30% (trinta por cento) de abstenções. Para o **item 5**, apreciação da solicitação de extinção do Curso Técnico Concomitante em Agricultura do Campus Barra de São Francisco, Sanandreaia fez um breve relato explicando que a Diretoria de Ensino Técnico havia feito uma atualização de alguns cursos que estavam em suspensão e solicitado aos campi que abrissem processos indicando se eles seriam instintos extintos ou se teriam novas ofertas. Esse levantamento fora realizado, de portaria por portaria, de resolução por resolução e encaminhado aos campi para que atualizassem essas questões. Em seguida, a palavra foi passada para Gabriel Pinto Guimarães, coordenador do curso. Gabriel fez um breve relato informando que o campus estava fazendo o pedido de extinção que antes era suspensão. O campus atualmente estava ofertando o curso integrado que era o seu grande objetivo ao criar o curso concomitante. Na época o campus não tinha condições de oferecer o curso integrado, pois ainda não possuía os professores do núcleo comum. Infelizmente o curso técnico concomitante não havia ido para frente e atualmente o campus conseguia fazer um diagnóstico dos motivos pelos quais ele não fora adiante. Isso ocorrera principalmente com relação ao período de oferta do curso que era o período vespertino, mas a maioria das pessoas que tinha interesse em fazer o curso queria que o curso fosse noturno. Isso era uma característica da região de Barra de São Francisco. As pessoas trabalhavam, faziam bicos e geralmente o período que sobrava para estudar era o período noturno. Houve ampla divulgação do curso para o primeiro processo seletivo, o campus fez a pesquisa de demanda e houve o aceite pelo curso. Atualmente o campus entendeu que a pesquisa precisava ser feita diretamente para o público-alvo e não uma pesquisa mais ampla. Infelizmente não houve a adesão que o campus imaginava e a solução foi suspender o curso que agora entraria em processo de extinção. Finda a apresentação e os esclarecimentos, a extinção do Curso Técnico Concomitante em Agricultura do Campus Barra de São Francisco foi aprovada com 86% (oitenta e seis por cento) dos votos favoráveis e 14% (catorze por cento) de abstenções. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Sanandreaia Torezani Perinni, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, vinte e seis de julho de dois mil e vinte e um.